

Concessionária Linha Universidade S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações de resultados abrangentes	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração Contexto Operacional

A Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Uni”; “Companhia”; “Concessionária” ou “Linha 6”), nos termos do Estatuto Social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo – SP e tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô Linha 6–Laranja na cidade de São Paulo – SP.

O contrato de concessão prevê a PPP – Parceria Público Privada, pelo prazo de vinte e quatro anos (24), divididos entre a fase de construção prevista para cinco anos (5) e a fase operação de mais dezenove anos (19), na qual se iniciará a fase de administração, operação e manutenção. A companhia até dezembro de 2023 recebeu valores de aportes de recursos do Poder Concedentes referentes aos avanços das obras que acumulados totalizam o valor de R\$ 2,4 bilhões.

O projeto encontra-se na Fase I execução de infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a adequada operação. O poder concedente sinalizou positivamente dando autorização para que a Concessionária inicie o processo de estudos para expansão da linha do metrô com 6 ou 7 novas estações. A equipe da companhia está analisando os impactos, de forma ampla e abrangente para o levantamento dos custos adicionais, viabilidade e o planejamento dos pleitos de possível reequilíbrio no contrato atualmente vigente.

O projeto obteve financiamento de longo prazo junto ao BNDES no valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais divididos em quatro sub-créditos com vencimentos mensais previsto a partir de março de 2026 em 199 parcelas sendo a última em 15 de setembro de 2042, até dezembro de 2023 foram feitas quatro liberações desses recursos no valor de R\$ 4,2 bilhões de reais referentes ao sub-créditos A, B, C e D.

O acompanhamento de evolução das métricas de produção e certificação das obras do contrato EPC identificou alguns atrasos pontuais na evolução da obra que causam impactos financeiro no custo, devido a situação foi aplicada a retenção de valores sobre os pagamentos das notas fiscais emitidas Acciona Construcción, as penalidades cabíveis totalizaram o valor de R\$ 48,3 milhões em 2023. Os eventos geotecnológicos causadores da mudança do prazo da obra, já foram informados ao Poder Concedente e estão em processo de aprovação final, e nesse caso os impactos dos atrasos e os custos financeiros adicionais será parte do reequilíbrio do contrato de concessão e no caso o pleito seja aceito, os valores retidos retornaram a Acciona Construcción.

A Companhia recebeu novos aportes de capital dos acionistas durante o mês de setembro/23 no valor acumulado de R\$ 304,4 milhões de reais, o capital integralizado totaliza o valor de R\$ 1 bilhão de Reais, sem alterações na estrutura e nos percentuais de participação dos sócios.

A Companhia possui o financiamento junto ao BNDES e possui o controle e acompanhamento para garantir que os recursos disponibilizados sejam utilizados diretamente na obra, restringindo para outros fins, a administração da companhia avaliou a necessidade de outra fonte de recursos e recorreu na emissão de nova série de debêntures no valor total de R\$ 500 milhões de reais em 2023 para cobrir gastos necessários não cobertos pelo BNDES.

A obra está sendo impactada em seu cronograma com os atrasos na construção de algumas estações, devido a problemas encontrados durante a sua construção, que não foram previstos nos estudos de geologia durante os levantamentos prévios executados para a preparação do edital de licitação. As condições do solo encontrado durante os trabalhos de construção na região levaram a concessionária a buscar soluções de engenharia para avançar, causando com isso atrasos na previsão de entrega da obra, o Poder Concedente já possui conhecimento dos impactos no cronograma inicial para entrega da obra e por isso houve a comunicação formal e reconhecimento pelo governo do estado com o acréscimo de 1096 dias. Acciona Construcción, está realizando estudos para agilizar e reduzir o tempo de atraso, modificando o método de construção e ampliando os esforços e recursos aplicados. O estudo que ainda não foi finalizado, mas irá reduzir o tempo e impactará na redução dos valores das indenizações e custos adicionais da obra tanto a construtora como a concessionária. O contrato de concessão prevê a responsabilidade da concessionária por eventos geotecnológicos até o valor de 40 milhões de reais, sendo que o valor que ultrapassar esse limite será de responsabilidade do poder concedente. A concessionária repassou esse risco integralmente à construtora no contrato EPC.

Essa possibilidade era prevista no contrato de concessão e a companhia em conjunto com o poder concedente está avaliando as melhores soluções e opções e para o custeio dos custos adicionais..

A administração da companhia trabalha no acompanhamento e atua para manter os índices financeiros em patamares aceitáveis. O capital circulante líquido apresenta valores negativos no valor de R\$ 134.894, na posição de 31 de dezembro de 2023 enquanto em 31 de dezembro de 2022 o capital circulante líquido era negativo de R\$ 95.622.

Sustentabilidade e contratação de pessoal

Os investimentos associados ao Departamento de Sustentabilidade se referem a gestão e execução do Programa de Sustentabilidade da Linha Uni, o Estação Sustentar.

Criado a partir da necessidade de atingimento das metas de sustentabilidade associadas ao financiamento do projeto da Linha 6, o Estação Sustentar busca gerar impacto social positivo e transformar a vida das pessoas que habitam as comunidades localizadas no entorno da futura Linha 6, por meio da promoção de educação de qualidade, incentivo à inovação, estímulo à equidade de gênero e fomento a mobilidade elétrica. Dessa forma, o Estação Sustentar possui suas ações divididas em 4 pilares:

- **Empoderamento de Mulheres:** O pilar tem como meta aumentar o percentual feminino na construção da Linha 6-Laranja de metrô de São Paulo. Essa meta é materializada através de ações que promovem a equidade, diversidade e inclusão tanto na ACCIONA como na LinhaUni.
- **Formação Profissional:** Com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional e a qualificação para o mercado de trabalho, o Estação Sustentar oferece cursos profissionalizantes gratuitos em instituições de ensino reconhecidas para as pessoas que habitam as comunidades em torno da Linha 6-Laranja de metrô.

- **Inovação:** Incentivar o crescimento do ecossistema de startups por meio de um programa de aceleração, promovendo o empreendedorismo local com um duplo propósito: Criação de soluções inovadoras aplicáveis no próprio projeto da Linha 6 (durante a construção e operação e manutenção); e apoio a iniciativas que contribuam para objetivos ligados à sustentabilidade local.
- **Mobilidade Elétrica:** Com o objetivo de incentivar a descarbonização e promover a prosperidade econômica, o Estação Sustentar busca gerar postos de trabalho por meio da mobilidade urbana com veículos 100% elétricos, integrando os diversos modais de transporte da cidade de São Paulo.

Além dos pilares citados acima que estão associados com a geração de impacto social, o Estação Sustentar também contempla ações para alinhamento com a Taxonomia Europeia. Para tal e considerando as diretrizes estabelecidas pelo Regulamento UE 2020/852, a Linha Uni e a ACCIONA gerenciam as atividades de construção e futura operação a Linha 6 de forma a garantir a mitigação de impactos socioambientais e de mudanças climáticas. Para tal, são realizados estudos e ações que permitem a revalorização dos resíduos gerados na obra, redução do consumo de água, gestão de riscos climáticos, socioambientais e hídricos bem como o desenvolvimento de políticas de diversidade e inclusão. Dessa forma, garantimos que o projeto da Linha 6 além de transformar a mobilidade urbana da cidade de São Paulo, contribui para uma transição rumo a uma economia sustentável e de baixo carbono.

Abaixo é apresentado um sumário das metas de sustentabilidade do projeto da Linha 6 considerando o período de 2022 a 2025.

NOSSAS METAS ATÉ 2025					
	2022	2023	2024	2025	TOTAL
 Alinhamento com Regulamento de Taxonomia da EU - % CAPEX alinhado com o Regulamento de Taxonomia da UE	>95%	>95%	>95%	>95%	>95%
 Número de horas de treinamento profissional com foco em empregabilidade e atendimento às comunidades locais	55.000	30.000	25.000	10.000	120.000
 % de mulheres que trabalham no projeto da Linha 6.	11%	12%	14%	15%	15%
 Número de postos de trabalho para a comunidade local, por meio da mobilidade elétrica	10	30	60	100	100
 Número de startups promovendo o empreendedorismo local	-	6	6	3	15



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da
Concessionária Linha Universidade S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Linha Universidade S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Linha Universidade S.A. (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Fase I de implantação das estações, terminais e sistemas metroviários

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 1, que menciona que o contrato de concessão encontra-se na fase I de construção da infraestrutura de concessão: estações, terminais e sistemas metroviários. A Companhia conta com recursos provenientes da emissão de debêntures, financiamento e aportes de acionistas e do poder concedente para conclusão dessa fase. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 4.1 e 9 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu R\$ 7.721.259 mil de ativos financeiros de concessão em razão do direito contratual de receber caixa pelos serviços de construção da linha 6 do metro de São Paulo. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia reconhece os gastos com a construção da infraestrutura como um ativo financeiro, uma vez que possui o direito contratual incondicional de receber caixa pelo serviço de construção, e reconhece os demais gastos, que não representam potencial de geração de receita adicional com a infraestrutura, como despesas quando incorridos. A administração da Companhia exerceu julgamento para determinar quais são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que não representam potencial de geração de receita adicional e são reconhecidos como despesa no resultado do exercício. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves do processo de análise e alocação dos gastos com a infraestrutura entre ativo financeiro e despesas; – Testes documentais, em base amostral, das adições de infraestrutura, incluindo: (i) a inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa; e (ii) inspeção, junto com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras – Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com construção e demais gastos com a infraestrutura considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.. – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores de gastos com serviços de construção da infraestrutura de concessão como ativo financeiro, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Walter Malvar Leite da Silva
Contador CRC RJ-117037/O

Concessionária Linha Universidade S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	63.174	449.937
Adiantamentos à fornecedores	8	1.918	1.860
Outros ativos		20.263	10.638
		85.355	462.435
NÃO CIRCULANTE			
Adiantamentos à fornecedores		1.550	3.410
Deposito em garantia		185	185
Ativo Financeiro de concessão	9	7.721.259	5.785.934
Direito de uso		1.562	2.385
Intangível		2.326	2.157
Imobilizado		73	93
		7.726.955	5.790.569
TOTAL DO ATIVO		7.812.310	6.256.599

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Debêntures	11.1	27.457	-
Empréstimos	11.2	-	123.893
Obrigações contratuais	11.3	32.585	170.594
Fornecedores terceiros		8.045	11.082
Fornecedores - partes relacionadas	12	31.706	3.827
Provisões - partes relacionadas	12	112.167	243.189
Outros valores a pagar		8.379	5.472
		220.339	558.057
NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	11.4	4.562.746	3.636.207
Debêntures	11.1	1.365.965	959.678
Obrigações contratuais	11.3	41.361	71.741
IRPJ e CSLL diferidos	10	193.552	112.361
Outros valores a pagar - partes relacionadas	12	48.321	-
Outros valores a pagar		1.161	1.763
		6.213.106	4.781.750
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		1.002.920	698.450
Reserva legal		18.797	10.917
Reserva de lucros		357.148	207.425
Total do patrimônio líquido		1.378.865	916.792
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.812.310	6.256.599

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	14	3.248.242	3.428.111
Custos dos serviços prestados	14	(2.318.268)	(2.745.382)
LUCRO BRUTO		<u>929.974</u>	<u>682.729</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Serviços contratados - terceiros	15	(39.447)	(34.271)
Serviços contratados - partes relacionadas	15	(20.932)	(31.592)
Administrativas, pessoal e tributárias	15	(26.973)	(23.330)
		<u>(87.352)</u>	<u>(89.193)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>842.620</u>	<u>593.536</u>
Receitas financeiras	16	29.226	22.800
Despesas financeiras	16	(633.054)	(432.150)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		<u>(603.828)</u>	<u>(409.350)</u>
LUCRO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS		<u>238.794</u>	<u>184.185</u>
IMPOSTOS SOBRE LUCRO		<u>(81.191)</u>	<u>(62.623)</u>
IRPJ e CSLL Diferidos	10	(81.191)	(62.623)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>157.603</u>	<u>121.562</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeira.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>157.603</u>	<u>121.562</u>
<i>Outros resultados abrangentes</i>	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>157.603</u>	<u>121.562</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social Subscrito	Capital a integralizar	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Retenção de Lucros		
Em 31 dezembro de 2021	520.000	(381.550)	4.839	87.875	-	231.164
Aporte de capital	875.000	(315.000)	-	-	-	560.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	121.562	121.562
Constituição de Reservas	-	-	6.078	115.484	(121.562)	-
Proposta de dividendos	-	-	-	4.066	-	4.066
Em 31 dezembro de 2022	1.395.000	(696.550)	10.917	207.425	-	916.792
Aporte de capital	-	304.470	-	-	-	304.470
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	157.603	157.603
Constituição de Reservas	-	-	7.880	149.723	(157.603)	-
Em 31 dezembro de 2023	1.395.000	(392.080)	18.797	357.148	-	1.378.865

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	157.603	121.562
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
IRPJ E CSLL Diferidos	81.191	62.623
Despesa de pessoal - provisão de folha	2.009	915
Provisões fornecedores partes relacionadas	-	699
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	632.194	425.209
Receita de ativo financeiro	(846.526)	(596.721)
Depreciação e amortização	328	577
(Aumento)/redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos	26.799	(16.768)
Adiantamentos a fornecedores	1.802	1.860
Outros Ativos	(9.626)	(5.400)
Fornecedores - terceiros	8.485	4.818
Obrigações fiscais e tributárias	795	(635)
Fornecedores - partes relacionadas	40.087	(24.492)
Outros valores a pagar	1.168	7.081
Outros valores a pagar – partes relacionadas	48.321	-
Aportes do poder concedente	1.312.916	903.102
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.430.747	901.198
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ativo financeiro de concessão	(2.556.467)	(2.777.375)
Aquisição imobilizado	(11)	84
Aquisição intangível	(322)	(921)
Aquisição direito de uso	(679)	485
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.557.479)	(2.777.727)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de financiamento BNDES	525.000	3.750.000
Custo de captação sobre financiamento BNDES	(12.156)	(264.165)
Amortização da captação BNDES longo prazo – Custo das garantias	(61.467)	(118.567)
Amortização de juros das debêntures e BNDES	-	(33.573)
Pagamento/liquidação debêntures	-	(1.461.636)
Juros pagos das debêntures curto prazo	-	(145.767)
Captação debêntures	500.000	100.000
Juros pagos de debentures EBL longo prazo	(118.146)	(100.794)
Custos de captação debêntures	(85.584)	-
Amortização dos valores das entidades financeiras da Cessão	(292.282)	(157.622)
Juros pagos dos empréstimos	(19.866)	(9.599)
Aporte de capital	304.470	560.000
Custo do contrato de mútuo	-	2.046
Captação do mútuo	-	198.234
Liquidação do mútuo	-	(200.280)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	739.969	2.118.277
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(386.763)	241.748
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	449.937	208.189
No fim do exercício	63.174	449.937
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(386.763)	241.748

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Uni”; “Companhia”; “Concessionária” ou “Linha 6”), nos termos do Estatuto Social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo – SP e tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô Linha 6–Laranja na cidade de São Paulo – SP.

Projeto de implantação prevê terminais, extensão e integração das estações

Foi mantido o projeto de implantação das estações Brasilândia até São Joaquim com 15,3 km de extensão. A Linha 6 – Laranja de metrô de São Paulo, que se integrará ao sistema metro ferroviário da região metropolitana de São Paulo, abrangendo 15 estações enterradas, sendo estas as estações Brasilândia, Vila Cardoso, Itaberaba, João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, SESC Pompéia, Perdizes, PUC-Cardoso de Almeida, Angélica/ Pacaembu, Higienópolis-Mackenzie, 14 Bis, Bela Vista e São Joaquim, incluindo um pátio de estacionamento e manutenção de trens, intitulado Pátio Morro Grande.

a. Contrato de concessão patrocinada de serviços públicos de transporte de passageiros

A Companhia assumiu a responsabilidade da prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 - Laranja do metrô de São Paulo e que foi cedida pelo Poder Concedente pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e operação, prevendo 5 anos para construção e implantação das estações e os 19 anos de operação do sistema.

A vigência do contrato de concessão aconteceu com a emissão da carta de contratação / extrato de aditamento assinado em 06 de julho de 2020 e publicado no diário oficial em 08 de julho de 2020, a partir do qual dá-se início a contagem do prazo previsto para início e término do contrato previsto para o ano de 2044.

O valor do contrato, correspondente as receitas tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão que é de R\$ 15 bilhões com base na estimativa de outubro 2020. Haverá outras receitas complementares provenientes do funcionamento e da avaliação da eficiência das estações, e a concessionária poderá explorar receitas de publicidade e da cessão de espaços comerciais e outras receitas acessórias. De acordo com o contrato esses valores se destinam à implantação da infraestrutura, e a geração das receitas previstas no plano de negócio, não podendo ser utilizado por nenhuma das partes para pleitear recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e nem investimentos contingentes.

A Companhia precisa obedecer aos prazos e as previsões do contrato aditivo estando obrigada a atuar de forma planejada para operar a concessão em três fases progressivas em etapas e atividades como segue:

Fase I – Execução da infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e

auxiliares, aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada operação;

Fase II – Operação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6, com todas as suas estações, no trecho Brasilândia – São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos às funções de operação e manutenção da linha, com o funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros e da validação de créditos de viagem, incluindo segurança operacional, pessoal e patrimonial em parâmetros compatíveis com a demanda.

Fase III – Expansão dos serviços de transporte concedido, condicionada à superveniência de decisão motivada do Poder Concedente, no trecho compreendido entre Brasilândia – Bandeirantes, contemplando a operação e a manutenção do trecho, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante. A participação da Concessionária na operação e manutenção dos serviços da Fase III é obrigatória, e a execução das obras civis da expansão, bem como instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante fica condicionada à sua expressa aceitação.

A execução de expansão da Linha 6, Fase III, será objeto de Termo Aditivo ao Contrato, devendo sua remuneração ser mensurada pela utilização do método do Fluxo de Caixa Marginal, conforme descrito na Cláusula Vigésima Segunda.

Contrato de construção tipo EPC de implantação das Estações

A concessionária visando a fase I do projeto de construção e obras de implantação com previsão de término para cinco anos contratou a empresa espanhola Acciona Construcción, que se tornou responsável em realizar as obras civis da linha Laranja de metrô de São Paulo.

b. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

A companhia obteve junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores de tributos da Receita Federal do Brasil, o REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, onde as pessoas jurídicas beneficiárias estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e de serviços para a aplicação exclusiva nas obras de infraestrutura aplicando o benefício de não incidência/suspensão para os impostos federais do PIS - Programa de Integração Social, e da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, publicado na Portaria do Ministério das Cidades nº 504/2014 e do Ato Declaratório Executivo da Receita Federal nº 171 de 6 de outubro de 2020 publicada no DOU de 17/06/2020.

c. Regime Especial Convênio ICMS de Incentivos - ICMS para implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo

A Companhia teve sucesso no credenciamento no Regime Especial de ICMS, onde as pessoas jurídicas beneficiárias pelo Convênio ICMS estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação exclusiva nas obras da Linha 6 Laranja do Metro de São Paulo, sem a incidência ICMS - Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços, conforme comunicado DEAT publicado na Portaria CAT 03/2013 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, – processo eletrônico de Regime Especial nº 091092/2020 de Número 1630/2020, em 06 de outubro de 2020.

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus custos amortizados e valor justo quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

A Diretoria da companhia autorizou em 21 de fevereiro de 2024 a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a companhia conseguirá cumprir suas obrigações assumidas e de pagamentos decorrentes das obrigações. A companhia nesse momento do projeto foca na conclusão da primeira fase do projeto - construção e conta com o contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES em 23 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 6,9 bilhões de reais, dos quais a administração faz a gestão conforme a necessidade e avanço dos cronogramas de obra.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma. Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras.

3 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

4 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração concentra-se na busca por instrumentos de gestão para minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas por seus acionistas.

Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em reais.

Atualmente não está exposta significativamente ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar norte-americano (US\$) e ao Euro (€). O risco cambial decorre basicamente de passivos para aquisição de imobilizado, líquidos dos efeitos de variação cambial e contas a receber de mercado externo.

Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia tem passivos significativos em que incidem juros substancialmente atrelados a taxas prefixadas. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros de curto prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros com base na simulação de cenários, levando em consideração, principalmente, mudanças das taxas praticadas. A simulação é feita quando há necessidade de um novo empréstimo ou arrendamento mercantil financeiro.

Análise de sensibilidade

O quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Apresentamos abaixo os dois cenários de deterioração na variável de risco 25% e (25%), respectivamente (cenários II e III):

Ativo Financeiro	31/12/2023	Indicador	Provável	25%	(25%)
Aplicações financeiras	63.166	CDI	8.231	10.290	6.173
Passivo Financeiro	31/12/2023	Indicador	Provável	Efeito no resultado	
				25%	(25%)
Debentures	(27.457)	CDI	(3.578)	(4.473)	(2.682)
Circulante	(27.457)		(3.578)	(4.473)	(2.682)
Financiamentos	(4.562.746)	CDI	(594.526)	(743.271)	(445.780)
Debentures	(1.365.965)	CDI	(177.985)	(222.516)	(133.455)
Não Circulante	(5.928.711)		(772.511)	(965.787)	(579.235)
Total	(5.956.168)		(776.089)	(970.260)	(581.917)

Análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referência CDI	Cenário Provável	Cenário II 25%	Cenário III (25%)
Taxas – CDI (%)	13,03%	16,29%	9,77%
Taxas – IPCA (%)	4,62%	5,78%	3,47%

Risco de crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está discriminado abaixo:

Crédito bancário

No risco de crédito bancário, com base nas sobras de caixa a Administração determina os limites de crédito de aplicação para cada banco, mantendo aplicações financeiras somente nos bancos considerados de primeira linha (rating) e de baixíssimo risco, contratando aplicações financeiras em renda fixa compromissadas de curto prazo de máximo 90 dias, remunerando a taxa CDI com percentuais entre 70 até 95%.

Instituição Financeira	S&P	Fitch	Moody's
Banco Itaú S. A	AAA	AAA	A1
Banco Santander S. A	A	A-	A2
Banco do Brasil S. A	BB-	AA	Ba2
Banco JP Morgan	BB	-A	BB

Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia. Essa previsão leva em consideração o estudo financeiro para execução da obra, bem como os planos de obtenção de recursos de terceiros para financiar parte da construção.

Os recursos financeiros da Concessionária foram obtidos através de aporte de capital dos sócios, aporte do Poder Concedente, da captação de empréstimos bancários, e das futuras receitas da prestação de serviços – contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente e receitas tarifárias – e receitas acessórias de exploração da linha, sendo parte dos recursos destinados para o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados. O potencial excesso de caixa mantido é investido em contas bancárias com incidência de juros e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar sua liquidação. As taxas de juros (CDI) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

Passivos financeiros	Curto Prazo	Longo Prazo	2024	2025	2026-2042
Debêntures	(27.457)	(1.365.965)	(27.457)	-	(1.365.965)
Financiamentos	-	(4.562.746)	-	-	(4.562.746)
Obrigações contratuais	(32.585)	(41.361)	(32.585)	(41.361)	-
Total	(60.042)	(5.970.072)	(60.042)	(41.361)	(5.928.711)

Em decorrência da etapa atual do projeto (fase I) onde a infraestrutura necessária para operação está sendo construída e desenvolvida e não há operação para se gerar caixa operacional, a Companhia conta com recursos oriundos de acionistas, do poder concedente e financiamento junto a instituições bancárias para as operações que, neste momento, trata-se substancialmente do desenvolvimento de obra do projeto do metrô.

A situação de liquidez com vencimentos em curto prazo é esperada para o desenvolvimento de um projeto desta natureza. Na medida em que a Companhia se prepara para receber recursos oriundos do financiamento de longo prazo do BNDES (contrato que já se encontra assinado) e com isso melhorar sua situação de liquidez, aportes de acionistas e poder concedentes, bem como eventuais empréstimos ponte são considerados pela companhia para liquidação de suas obrigações de curto prazo.

A companhia estruturada no modelo financeiro para garantir o avanço durante a Fase 1 do Contrato de concessão indica as principais movimentações de recursos recebidas e realizadas e o detalhe da sua fonte indicadas abaixo:

Empréstimo Ponte (Debêntures 1ª; 3ª Emissão) - R\$ 1,5 bilhão – emitidas e quitadas em 2022;

Empréstimo Ponte (Debêntures 4ª Emissão) - R\$ 950 milhões – em 2022 de longo prazo para 2026;

Liberação do empréstimo Longo Prazo (BNDES) - R\$ 4,2 bilhões – em 2023;

Empréstimo (Debêntures 5ª Emissão) - R\$ 500 milhões – longo prazo em 2023;

Aportes de Recursos pelo Poder Concedente: R\$ 2,4 bilhão até dezembro/2023;

Aportes dos sócios R\$ 864 milhões até 2023;

Recebimento dos valores do seguro referente ao sinistro ocorrido nos eventos em Aquinos no valor de R\$ 135,3 milhões em dezembro/23, e que foram repassados e transferidos para a Acciona Construcción responsável pelo contrato EPC.

- (a) **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia a Administração pode propor caso em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

- (b) **Estimativa do valor justo:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

A companhia não possui instrumentos financeiros marcados à valor justo. De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, a avaliação da Companhia é de que os ativos e passivos acima estariam enquadrados no nível 2 na hierarquia de valor justo caso estivessem marcados a valor justo.

- (c) **Instrumentos financeiros por categoria:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Ativos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	63.174
Outros ativos	Custo amortizado	20.263
Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado	1.918
Circulante		85.355
Depósitos em garantia	Custo amortizado	185
Não circulante		185
Total ativos financeiros		85.540
Passivos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Debêntures	Custo amortizado	27.457
Obrigações contratuais	Custo amortizado	32.585
Partes relacionadas	Custo amortizado	31.706
Outros passivos	Custo amortizado	16.424
Circulante		108.172
Financiamento	Custo amortizado	4.562.746
Debêntures	Custo amortizado	1.365.965
Obrigações contratuais	Custo amortizado	41.361
Não circulante		5.970.072
Total passivos financeiros		6.078.244

4.1 Ativo Financeiro – Concessão de serviços públicos.

O Contrato de Concessão Patrocinada nº 15/2013, no âmbito da Concorrência Internacional nº 4/2013, Processo STM nº 770/2012, celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária) regulamenta a implantação da linha e operacionalização de serviços públicos pela Companhia, onde:

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão, a Administração entende que são atendidas todas as condições para a aplicação da interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão a qual fornece as orientações sobre a contabilização de concessões e de serviços públicos a operadores privados de forma a refletir o negócio de prestação de serviços de transporte de passageiros, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizado e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

2. A infraestrutura de construção será recuperada a través do seguinte fluxo de caixa:

- (a) Remuneração da contraprestação pecuniária;
- (b) Aporte de recursos pelo Poder Concedente.

A Administração considera que os pagamentos pelos investimentos na construção assim a remuneração pecuniária referente aos aportes de recursos, assim como tendo em conta que o risco da demanda real está coberto pelo poder concedente, aplicará tudo ao registro em seu ativo financeiro, não reconhecendo itens como ativo intangível na contabilidade da sociedade.

Em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos: CPC 47 – Receita de contratos com clientes e Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, a Companhia, com base no seu contrato de concessão, atendeu a determinadas características para que os investimentos se qualifiquem para o reconhecimento no ativo financeiro, tais como ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Importante mencionar que o contrato de concessão prevê a recomposição do reequilíbrio econômico e financeiro do projeto, em sua cláusula 20.7.1.8, para o caso da demanda trimestral contabilizada encontrar-se em patamares entre o mínimo de (60%) ou acima de (140%) para o período comparativamente a demanda projetada. A companhia acompanha através de relatórios contratados a demanda atual e acredita que não enfrentará a possibilidade de risco de demanda, mantendo um índice de rentabilidade aceitável superior a taxa de desconto do país.

A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da infraestrutura e; (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício.

4.1.1 Ajuste ao valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

5.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos nas contas de Caixa e equivalentes de caixa, incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

5.1.2 Receitas de contratos com clientes

A Concessionária segundo a norma o ICPC 01, presta serviços de exploração de serviços públicos de transporte metroviários, conforme definido no contrato de concessão está na fase I de construção e implantação de sistema para a Linha 6 - Laranja do Metro de São Paulo, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 2020. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 desta nota. As receitas metroviárias, serão reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional será reconhecida pelo método linear durante o período de vigência.

A Concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, reconhece em seus registros o custo de construção em contrapartida dos fornecedores contratados, a receita de construção correspondente como ativo financeiro.

5.1.3 Instrumentos financeiros

A Concessionária adotou inicialmente uma taxa de remuneração esperado para o ativo financeiro, sobre os valores da classificação e da mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado.

O modelo financeiro de negócios, projeta a taxa esperada de atualização do ativo financeiro durante o período contratual da concessão dos serviços públicos, onde o ativo financeiro é mantido a fim de receber fluxos de caixas futuros, de acordo cláusulas contratuais firmadas, datas e previsões que servirá para remunerar os investimentos no projeto.

- (a) **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor do custo amortizado.

A classificação dos ativos financeiros adquiridos, passa teste de pagamento de principal e juros previstos no modelo de negócios.

5.1.4 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são também mensurados ao valor justo, sendo os ganhos ou as perdas apresentadas na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação.

Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.

(i) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

(a) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros encontrados e apresentados pelo valor líquido que é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(b) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

(c) **Perdas por impairment:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado perda por desvalorização sobre os ativos financeiros e não financeiros a ser reconhecido.

- (d) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía contrato ou operou com instrumentos derivativos. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*Hedge Accounting*).

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

5.2 Ativo financeiro

- (a) **Constituição do ativo financeiro:** Valores dos contratos de cessão dos direitos e assunção de dívidas e obrigações da concessão, as contratações de serviços especializados no Brasil e no exterior para prestar assessoramento no estudo de modelos e de levantamento de financiamentos para viabilidade do projeto nos assuntos que tange a construção do projeto e nas formalizações legais e contratuais.

Registrado ao custo de aquisição de acordo com o instrumento de cessão de direitos, refere-se ao Projeto de implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo para construção dos terminais e das estações do metrô, o termo aditivo do contrato de concessão, determinado o custeio e ressarcimento de tais estudos no contrato de concessão através do recebimento das receitas tarifárias e demais receitas advindas da operação do sistema.

- (b) **Concessão:** Refere-se a direito de atuar durante as três fases previstas no contrato de concessão e nos aditivos I e II assinado em 2020, sendo a fase I construção e implantação dos sistemas, fase II e III a operação do sistema metroviário de São Paulo, manutenção e expansão especificamente a Linha 6 Laranja do metrô, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 24 anos.

5.2.1 Ativo Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção de um bem ou conjunto de bens. Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação a partir de sua operação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui o desembolso para sua aquisição e todos outros gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação dos itens relacionados à administração da implantação da linha é realizada mediante uso atual da estrutura, com suas respectivas taxas de depreciação aplicadas de forma linear, podendo outra forma ser utilizada a critério da administração, que verifica e revisa os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos, sempre que necessário, e/ou quando existir uma indicação de mudança significativa comparativamente a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

5.2.2 Ativo Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou de construção desse intangível, os itens são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização a partir de sua operação ou quando eles passam a gerar benefícios e/ou fluxos de caixa futuros. Os valores das aquisições das licenças de softwares são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e/ou para colocá-los prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

5.3 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos, ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, e representa o maior valor entre o valor justo e seus preços de venda em condições de uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2023 não há registros de *impairment*.

5.3.1 **Contas a pagar a fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas de pagar pela aquisição de bens e/ou serviços que foram contratados no curso normal dos negócios, sendo classificados entre os passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. São inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data de vencimento.

5.3.2 **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

5.4 **Provisões**

As provisões são registradas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) e se o valor provisionado puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria para seus empregados, outras obrigações pós-emprego, ou remunerações baseadas em ações.

5.4.1 **Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda da pessoa jurídica do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, e a

Contribuição Social sobre o lucro líquido utiliza a alíquota de 9% sobre a base tributável. Para fins de compensação de prejuízos fiscais e base negativa, a sociedade observa o limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido e/ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia, de acordo com o CPC 32 Impostos diferidos – Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

5.4.2 Demais passivos circulantes e não circulantes.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

5.5 Capital social.

As ações do capital social são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido apresentando os totais e segregando os totais de ações por classes.

6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2023, são as seguintes:

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC26/IAS1) - As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7) – As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem “integralmente vinculada”, com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial.

Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

7 Caixa e equivalente de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	8	8
Aplicações financeiras (i)	<u>63.166</u>	<u>449.929</u>
Total	<u>63.174</u>	<u>449.937</u>

- (i) O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata a taxa negociada que varia entre 65% e 95% da taxa CDI negociadas com instituição conhecidas e solidas no mercado.

8 Adiantamento de fornecedores

O registro do valor de adiantamento feito pela companhia, refere-se ao cumprimento da cláusula contratual firmada junto a fornecedores pela contratação de serviços de implantação de sistemas específicos para o funcionamento das novas estações do metrô.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	<u>1.918</u>	<u>1.860</u>
	1.918	1.860
Não Circulante		
Adiantamento a fornecedores	<u>1.550</u>	<u>3.410</u>
Total	<u>3.468</u>	<u>5.270</u>

9 Ativo financeiro de concessão

A concessionária adquiriu a operação da concessão da Linha 6 – Laranja do metrô de São Paulo, a operação foi concretizada em julho de 2020, que envolveu acordo com a concessionário anterior (Move SP – 2013 a 2020), seus parceiros de consórcios e bancos financiadores que aportaram recursos para o projeto, através de empréstimos e aquisições de ativos para o projeto iniciado em meados do mês de outubro de 2020, e por isso que não completou o ciclo comparativo entre os dois períodos apresentados no quadro abaixo.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contrato de Cessão Move São Paulo	516.870	516.870
Contrato Cessão Entidades Financeiras Credenciadas	309.308	309.308
Contrato Cessão BNDES	283.213	283.213
Contrato de Cessão Move São Paulo	88.000	88.000
Contrato de Cessão Distrato EPC	118.404	118.404
Contratos de Cessão da Operação (a)	<u>1.315.795</u>	<u>1.315.795</u>
Atualização Financeira (b)	2.041.287	1.092.572
Contrato de Construção – EPC (c)	6.559.385	4.272.059
Contrato de Construção Material Rodante (c)	172.347	160.147
Contrato da Obra (c)	<u>8.773.019</u>	<u>5.524.778</u>
Contratos de Assessoria (d)	107.720	107.720
Aportes do Poder Concedente (e)	(2.475.275)	(1.162.359)
Total	<u>7.721.259</u>	<u>5.785.934</u>

- (a) Os registros são referentes a compra da operação e assunção das dívidas existentes entre as empresas do consórcio Move e os bancos envolvidos nos financiamentos.
- (b) O registro refere-se aos valores da atualização financeira do ativo financeiro adquirido.
- (c) Os registros referem-se aos valores que envolvem o avanço da etapa de construção e da produção e certificação da obra.
- (d) Contratação de assessorias para formulação dos acordos e para busca de opções de financiamento no Brasil e no exterior.
- (e) Os registros referem-se aos valores dos aportes do poder público referente a parceria público privada – PPP previstos no contrato de concessão, onde o estado contribui com o aporte de fluxo financeiros no projeto, com base em critérios de medição e no avanço da obra.

10 Impostos de renda e contribuição social diferidos

Na determinação dos impostos de renda corrente e diferidos a companhia apresenta créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

A compensação dos prejuízos fiscais limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura, e estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido reconhecido por prejuízos fiscais, enquanto os registros do passivo diferido estão relacionadas as diferenças temporárias e a expectativa de realização futura.

O plano de negócio da companhia prevê prejuízos fiscais na fase de construção e da implantação das estações e dos sistemas, estes serão compensados em exercícios posteriores, quando a companhia começar a receber as receitas tarifárias pelo funcionamento das estações e demais receitas contratuais, com isso ela terá direito aos fluxos de caixas pela expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, advindos da operação dos transportes de passageiros, locação de espaços e publicidade.

Apuração da IRPJ e CSLL – Base permanente	31/12/2023	31/12/2022
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	238.794	184.185
(+) Adições	988.580	1.847.411
Custo de construção	986.275	1.845.779
Provisões indedutíveis	2.305	1.632
(-) Exclusões	(1.935.237)	(2.525.009)
Receita de construção	(986.275)	(1.845.779)
Receita de atualização do ativo	(948.962)	(679.230)
(=) Base tributável (prejuízo fiscal e base negativa)	(707.863)	(493.413)
IRPJ	25% (176.965)	(123.353)
CSLL	9% (63.707)	(44.407)
Total – IRPJ/CSSL diferido ativo (a)	(240.672)	(167.760)

<u>Apuração da IRPJ e CSLL – Base diferenças temporárias</u>		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
(+) Adições		988.580	1.845.779
(-) Exclusões		(1.935.237)	(2.525.009)
(=) Resultado fiscal apurado e base negativa após comp.		(946.657)	(677.598)
<u>(Prejuízo fiscal e base negativa)</u>			
IRPJ	25%	(236.664)	(169.400)
CSLL	9%	(85.199)	(60.984)
Total – IRPJ/CSSL diferido passivo (b)		(321.863)	(230.383)
		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos diferidos (a)		240.672	167.760
Passivos diferidos (b)		(321.863)	(230.383)
Total líquido – IRPJ/CSSL diferido passivo (c)		(81.191)	(62.623)
<u>Quadro do saldo acumulado – IRPJ e CSLL diferidos</u>			
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2020		(5.640)	(5.640)
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2021		(44.098)	(44.098)
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2022		(62.623)	(62.623)
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2023 (c)		(81.191)	-
Total IRPJ/CSSL diferido acumulado		(193.552)	(112.361)
		<u>34%</u>	<u>34%</u>
Alíquota efetiva - (%)			

11 Empréstimos, obrigações do contrato de cessão e debentures.

A Companhia adotou a administração dos recursos e sua estratégia foi de obter empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, e utilizar as liberações do BNDES para avançar com as fases do projeto de construção do metrô Linha 6 - Laranja na cidade de São Paulo e os aportes pela emissão debêntures para cobrir outros custos necessários.

O quadro abaixo referente aos saldos dos contratos das debentures apresenta o curto e longo prazo de vencimentos dessa emissão.

11.1 Debêntures

<u>Circulante</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Debêntures	27.457	-
	<u>27.457</u>	<u>-</u>
<u>Não Circulante</u>		
Debêntures	1.365.965	959.678
	<u>1.365.965</u>	<u>959.678</u>
Total	<u>1.393.422</u>	<u>959.678</u>

Demonstramos abaixo as movimentações e saldos das debêntures emitidas segregadas por curto e longo prazo em relação ao vencimento previsto, os saldos em dois períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tendo destaque para a nova captação pela emissão da nova série durante o ano de 2023.

Movimentação 2022

	CDI+ Spread	31/12/2021	Captação/Amort. Principal	Custo de Captação	+ Juros incorridos	(-) Juros pagos	31/12/2022
Curto prazo	11,55%+1,82%	1.478.671	(1.461.636)	6.648	122.084	(145.767)	-
Longo prazo	11,55%+1,82%	858.798	100.000	(7.322)	108.996	(100.794)	959.678
Total		2.337.469	(1.361.636)	(674)	231.080	(246.561)	959.678

Movimentação 2023

	CDI+ Spread	31/12/2022	Captação	Custo de Captação	(+) Juros incorridos	(-) Juros pagos	31/12/2023
Curto prazo	11,55%+1,82%	-	-	-	145.603	(118.146)	27.457
Longo prazo	11,55%+1,82%	959.678	500.000	(85.584)	(8.129)	-	1.365.965
Total		959.678	500.000	(85.584)	137.474	(118.146)	1.393.422

11.2 Empréstimos

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos	-	123.893
Circulante	-	123.893

A Concessionária Linha Universidade S.A (CLU) negociou o acordo entre a Secretária Municipal de transportes (Poder Concedente) e a Move São Paulo. Esta negociação, resultou em um contrato entre as partes para transferência da concessão pública e do contrato de parceria público privada para a CLU o acordo foi firmado em 6 de outubro de 2020.

O acordo firmado previa a compra dos ativos da Move São Paulo e seus respectivos custos incorridos, e também os custos com a transição administrativa entre a antiga e nova administração. A companhia em outubro de 2023 efetuou a quitação referente a essa parte do acordo e a tabela destacada abaixo demonstramos as movimentações dos anos de 2022 e 2023:

Movimentação 2022

BNDES e Entidades Financeiras	Taxa	Saldo 31/12/21	Amortização Principal	Juros incorridos	Juros pagos	Saldo 31/12/22
BNDES	CDI + 2,95% a.a.	114.536	(56.643)	16.969	(16.109)	58.752
Santander	CDI + 2,95% a.a.	42.921	(20.920)	5.924	(5.909)	22.016
BTG Pactual	CDI + 2,95% a.a.	37.106	(18.084)	5.121	(5.109)	19.034
Crédit Agricole	CDI + 2,95% a.a.	28.649	(13.963)	3.954	(3.945)	14.695
Banco ABC	CDI + 2,95% a.a.	18.318	(8.957)	2.536	(2.501)	9.396
Total		241.530	(118.567)	34.504	(33.573)	123.893

Movimentação 2023						
BNDES e Entidades Financeiras	Taxa	Saldo 31/12/22	Amortizaçã o Principal	Juros incorridos	Juros pagos	Saldo 31/12/23
BNDES	CDI + 2,95% a.a.	58.751	(56.610)	7.346	(9.487)	-
Santander	CDI + 2,95% a.a.	22.016	(20.924)	2.415	(3.507)	-
BTG Pactual	CDI + 2,95% a.a.	19.034	(18.089)	2.086	(3.031)	-
Crédit Agricole	CDI + 2,95% a.a.	14.696	(13.967)	1.611	(2.340)	-
Banco ABC	CDI + 2,95% a.a.	9.396	(8.938)	1.043	(1.501)	-
Total		123.893	(118.528)	14.501	(19.866)	-

11.3 Obrigações contratuais.

As obrigações assumidas no contrato de compra de ativos e no contrato de cessão de direitos firmados junto a Move SP nos valores de R\$ 88.000 e R\$ 118.404 respectivamente, previam uma carência de prazo para os pagamentos iniciando em 2022 a serem até o ano de 2025 com acréscimo de juros de 3% a.a.

Os contratos de cessão incluem valores transacionados pelas empresas que fizeram parte do consórcio construtor, que atuaram nas obras do projeto da concessão. e os valores dispendidos das obrigações assumidas junto aos demais envolvidos.

A Concessionária pagará as dívidas assumidas divididas em parcelas anuais reajustadas com juros simples 3% a.a., já foram efetivados os pagamentos das quatro parcelas dos períodos de 2020 a 2023 referente ao consorcio Move, restando valores a pagar a conforme indicados a seguir.

Obrigações contratuais	31/12/2021	Transf.	Amortização	Juros Apropriados	Juros Pagos	31/12/2022
Circulante						
Empréstimos - Consórcio Move	134.136	167.938	(134.136)	6.588	(3.932)	170.594
	134.136	167.938	(134.136)	6.588	(3.932)	170.594
Não Circulante						
Empréstimos - Consórcio Move	257.091	167.938	(23.486)	3.741	(5.667)	63.741
Empréstimos - Move	8.000	-	-	-	-	8.000
	265.091	167.938	(23.486)	3.741	(5.667)	71.741
Total Obrigações contratuais	399.227	-	(157.622)	10.329	(9.599)	242.335

Obrigações contratuais	31/12/2022	Transf.	Amortização	Juros Apropriado	Juros Pagos	31/12/2023
Circulante						
Empréstimos - Consórcio Move	170.594	-	(128.838)	5.593	(14.764)	32.585
	170.594	-	(128.838)	5.593	(14.764)	32.585
Não Circulante						
Empréstimos - Consórcio Move	63.741	-	(30.380)	-	-	33.361
Empréstimos - Move	8.000	-	-	-	-	8.000
	71.741	-	(30.380)	-	-	41.361
Total Obrigações contratuais	242.335	-	(159.218)	5.593	(14.764)	73.946

11.4 Financiamento

O financiamento com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de longo prazo por valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais divididos em quatro sub-créditos com vencimentos mensais a partir de março de 2026 em 199 parcelas, sendo previsto o pagamento da última parcela em 15 de setembro de 2042.

Financiamento	Limite de disposição	31/12/2021	Disposição	Custo de captação	(+) Juros/ apropriados	(-) Juros	31/12/2022
Subcredito A	1.969.188	-	1.284.856	(151.131)	53.969	-	1.187.694
Subcredito B	1.373.040	-	172.161	(8.331)	6.341	-	170.171
Subcredito C	3.514.256	-	2.292.983	(110.951)	96.310	-	2.278.342
Subcredito D	43.516	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	6.900.000	-	3.750.000	(270.413)	156.620	-	3.636.207

Financiamento	Limite de disposição	31/12/2022	Nova Disposição	Custo de captação	(+) Custos das garantias BNDES	(-) Juros apropriados	31/12/2023
Subcredito A	1.969.188	1.187.694	153.311	(4.100)	(20.734)	160.273	1.476.444
Subcredito B	1.373.040	170.171	94.192	(728)	(3.682)	28.461	288.413
Subcredito C	3.514.256	2.278.342	274.000	(7.319)	(37.007)	286.087	2.794.104
Subcredito D	43.516	-	3.497	(9)	(44)	341	3.785
Não Circulante	6.900.000	3.636.207	525.000	(12.156)	(61.467)	475.162	4.562.746

Covenants sobre os empréstimos contratados

A companhia celebrou alguns contratos de empréstimos e assunção de dívida que contêm cláusulas de vencimento antecipado, conforme abaixo.

Nos contratos firmados pela concessionária, as principais cláusulas de *covenants* obrigam a companhia a observar itens como os descritos abaixo:

Não haverá pagamentos de dividendos conforme alteração do estatuto social, durante a Fase I do projeto de construção da linha 6 – Laranja do metrô de São Paulo;

Não poderá conceder ou amortizar qualquer empréstimo, mútuo ou pagamentos de qualquer natureza a quaisquer afiliados.

Necessitará obter previamente autorização dos debenturistas para casos de redução de capital;

Necessitará obter previamente autorização dos debenturistas para alterações do objeto social em atividades que venha a prejudicar sua atividade preponderante.

12 Partes relacionadas

A concessionária faz parte do Grupo Acciona, um conglomerado espanhol de promoção e gestão de infraestruturas atuando nas áreas de construção, água, indústria em geral e serviços além de energias renováveis. O conglomerado é formado por várias empresas e o Grupo Acciona é considerado entre as três maiores construtoras da Espanha com sede em Madrid.

Durante a fase I do projeto o contrato EPC foi celebrado, e a concessionária contratou a construtora Acciona Construcción responsável pelas obras, o contrato EPC - referente a construção dos túneis, terminais e estações do metrô; e Services Agreement - importante contrato com a “Acciona Concesiones S.A” referente a contratação dos profissionais da área de engenharia e financeira expatriados da Espanha remunerados a partir de acordo firmados entre as duas companhias.

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 na Companhia decorrem das transações descritas acima, os quais são efetuados em condições usuais de mercado.

Passivo	Fornecedores-Provisões		Fornecedores		Outros valores a pagar - Partes relacionadas (iii)	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Acciona Construcción S.A (i)	111.472	242.563	20.995	2.712	48.321	-
Acciona Concesiones S.A (ii)	695	626	10.711	1.115	-	-
	112.167	243.189	31.706	3.827	48.321	-

Resultado	Custo obra EPC e serviços contratados	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Acciona Construcción S.A (i)	2.299.065	6.520
Acciona Concesiones S.A (ii)	8.856	1.254
	2.307.921	7.774

- (i) Acciona Construcción é a construtora sucursal no Brasil. Os valores registrados nas contas de passivo referem-se a fase I da construção do projeto referente a implantação dos terminais e estações do metrô previstos no contrato da obra – EPC e os serviços contratados.
- (ii) Acciona Concesiones é uma empresa espanhola responsável por projetos de concessão de transportes, água e energia em vários países. Os valores registrados nas contas de passivo referem-se as assessorias que atuaram nas áreas de engenharia, legal e financeira.
- (iii) O acompanhamento de evolução das métricas de produção e certificação das obras do contrato EPC identificou alguns atrasos pontuais na evolução da obra que causam impactos financeiro no custo, devido a situação foi aplicada a retenção de valores sobre os pagamentos das notas fiscais emitidas Acciona Construtora, as penalidades cabíveis totalizaram o valor de R\$ 48,3 milhões em 2023.

13 Patrimônio líquido

A Concessionária foi constituída em 22 de novembro de 2019 com a razão social de Linha Universidade Participações, com o capital social subscrito no valor de R\$ 1, representado por 1.000 ações de valor nominal e tendo como objeto social atuar como Holding de instituições não financeiras, sendo posteriormente em 19 de Maio de 2020 alterada a denominação social para Concessionária Linha Universidade S.A. e o objeto social alterado para atuar como prestador de serviços exclusivamente na linha do metrô de São Paulo, e o capital social subscrito elevado para R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais).

Em Assembleia geral extraordinária realizada em 15 de março de 2022 a diretoria da Companhia decidiu pelo aumento do capital subscrito em R\$ 875.000 (oitocentos e setenta e cinco milhões de Reais), dessa forma passando de R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais) para R\$ 1.395.000 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais), com a emissão de novas ações do tipo preferencial de classe B.

Os aportes de capital social dos sócios têm acumulados em aportes o valor de R\$ 804.470, sendo R\$ 304.470 em 2023 e mais R\$ 560.000 em 2022.

Pelos aportes de capital social já realizados os sócios integralizaram durante o período entre 2020 até 2023 o valor de R\$ 1.002.920. As informações dos aportes efetuados estão apresentadas conforme quadro a seguir:

Janeiro de 2022	113.091
Fevereiro de 2022	164.067
Março de 2022	244.687
Maio de 2022	38.155
Movimentação aportes 2022 – Total	560.000
Setembro de 2023	304.470
Movimentação aportes 2023 – Total	304.470
Total Acumulado de aportes de 2020 até 2023	864.470

O quadro a seguir destaca quem são os sócios participantes da Concessionária e seus valores, percentuais de participações societárias e tipo de ações nominativas (tipo e classe de ações) em 31 de dezembro de 2023:

ON – Ações Ordinárias

Quadro societário	Partic. (%)	Ações ordinárias subscritas	Ações ordinárias integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	113.950	113.950	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	105.046	105.046	-
STOA Metro Brazil	12,36%	32.754	32.754	-
Linha Universidade Investimentos	5,00%	13.250	13.250	-
Total	100,00%	265.000	265.000	-

PN – Ações Preferenciais Classe A

Quadro societário	Partic. (%)	Ações ordinárias subscritas	Ações ordinárias integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	109.650	109.650	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	101.082	101.082	-
STOA Metro Brazil	12,36%	31.518	11.358	20.159
Linha Universidade Investimentos	5,00%	12.750	12.750	-
Total	100,00%	255.000	234.840	20.159

PN – Ações Preferenciais Classe B

Quadro societário	Partic. (%)	Ações ordinárias subscritas	Ações ordinárias integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	376.250	258.094	118.156
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	346.850	244.687	102.163
STOA Metro Brazil	12,36%	108.150	-	108.150
Linha Universidade Investimentos	5,00%	43.750	299	43.451
Total	100,00%	875.000	503.080	371.920
Capital consolidado	47,33%	1.395.000	1.002.920	392.080

- (a) **Destinação do resultado:** Existe a previsão contratual de destinação de parte dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos:
- (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social;
 - (ii) Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia não foram destinados valores para o pagamento de dividendos na Fase I do projeto;
- Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.
- (b) **Acordo de acionistas:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e os administradores obrigam-se a resolver eventuais controvérsias entre eles por meio de arbitragem em Tribunal Arbitral a ser constituído na Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (“Câmara”).

14 Receitas e custos de construção

A companhia registra as receitas como contrapartida do registro do ativo financeiro e os custos como contrapartida dos fornecedores contratados, resultante das operações da fase I do contrato de concessão. O ativo financeiro está sendo atualizado pela expectativa de recebimento dos fluxos de caixas futuros a partir do início do recebimento das receitas pelo funcionamento do metrô.

A companhia encontra-se na fase I do contrato de concessão e nesta fase não há previsão de recebimento das receitas tarifárias e demais receitas da exploração de espaços e de locação das estações.

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção EPC	2.299.190	2.744.153
Receita com ativo financeiro - assessorias especializadas	-	4.728
Receita atualização ativo financeiro	846.863	596.721
Receitas com ativo financeiro – outras	102.189	82.509
Total das receitas líquidas	3.248.242	3.428.111
	31/12/2023	31/12/2022
Custo de construção	(2.299.190)	(2.744.153)
Custo assessorias especializadas (a)	-	(4.728)
Custos de Seguros (b)	(7.556)	(6.711)
Custos das Garantias (c)	-	10.210
Outros custos	(11.522)	-
Total custos dos serviços prestados	(2.318.268)	(2.745.382)

- (a) Registro refere-se a contratação de serviços de consultoria para atuar junto ao BNDES nas questões que envolvem o contrato de empréstimo, o contrato foi celebrado em dezembro de 2021
- (b) O contrato de concessão prevê a necessidade de contratação de apólices de seguros para garantir a cobertura e mitigar os possíveis riscos associados a obras, riscos das operações e riscos de não cumprimento das obrigações contratuais.
- (c) O contrato de empréstimos para obter a debêntures junto as entidades financeiras prevê a necessidade da apresentação de garantias financeiras, havia uma provisão que teve o seu saldo revertido em 2022, e a sua realização efetiva pela liquidação das debêntures de curto prazo. Vide maiores detalhes na nota explicativa 11.1. referente a 1ª e 3ª das debêntures.

15 Despesas Operacionais

Foram registrados em contas de serviços contratados do grupo os valores referentes aos profissionais advindos da Espanha para as áreas de engenharia e financeira, contratados através de acordo entre as partes envolvidas Brasil e Espanha.

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços contratados - Partes Relacionadas	(20.932)	(31.592)
Total - serviços contratados – partes relacionadas	(20.932)	(31.592)
Serviços contratados de assessorias	(11.363)	(8.004)
Serviços operador sistema metro	(11.211)	(8.661)
Serviços de certificadora	(12.638)	(10.133)
Serviços de sustentabilidade	(1.494)	(2.468)
Outras	(2.741)	(5.004)
Total - serviços contratados - terceiros	(39.447)	(34.270)
Pessoal	(19.919)	(15.968)
Administrativas	(1.299)	(1.358)
Tributárias	(5.081)	(5.428)
Depreciação e Amortização	(674)	(576)
Total - administrativas, tributárias e com pessoal	(26.973)	(23.330)
Total	(87.352)	(89.193)

16 Resultado financeiro líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento sobre aplicações financeiras (a)	29.099	22.795
Descontos obtidos	127	25
Total receitas financeiras	29.226	22.800
Juros sobre empréstimos - Debentures (b)	(137.474)	(223.757)
Juros sobre empréstimos - Cessão (b)	(5.592)	(33.399)
Juros sobre empréstimos CCBS (b)	(6.915)	(17.846)
Juros sobre empréstimos BNDES (b)	(482.725)	(156.621)
Outros juros e tarifas	(348)	(519)
Total despesas financeiras	(633.054)	(432.150)
Resultado financeiro líquido	(603.828)	(409.350)

(a) Resultado das operações com os recursos que permaneceram investidos em aplicações financeiras.

(b) Operação com contrato de cessão e financiamento ponte, e do BNDES.

As obrigações assumidas estão sujeitas a diferentes taxas de juros incidentes sobre cada operação e estão descritas na nota explicativa 11.

17 Desapropriações

A Concessionária será responsável pelas comunicações e pelo acompanhamento dos processos de desapropriações de imóveis, necessários para a construção da Linha 6 - Laranja previstos pelo Decreto Estadual no 58.025 de maio de 2012 – vide detalhamento abaixo.

Artigo 1º - A lista dos imóveis alcançados pela desapropriação, descritos nos autos do processo STM-107/2012, necessários para a implantação da Linha 6 – Laranja da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Artigo 2º - Fica a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ autorizada a invocar o caráter de urgência nos processos judiciais de desapropriação.

Artigo 3º - As despesas com a execução do presente decreto correrão a cargo da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Dessa forma os valores das indenizações são de responsabilidade do Poder Concedente que possui conta bancária específica onde são aportados os valores de indenização aos donos dos imóveis, sendo que a Concessionária não controla esta conta e tem somente acesso para fins de consulta.

Prevê ainda a cláusula 37ª do contrato de concessão que se a concessionária verificar a necessidade de utilização de áreas não contempladas pelo Decreto Estadual e que sejam necessárias à implantação do futuro Terminal de ônibus da Vila Cardoso, bem como à implantação integral da Linha 6, deverá a concessionária apresentar ao Poder Concedente os documentos previstos para imóveis que devam ser desapropriados.

A Companhia através dos seus assessores jurídicos identificou processos em nome da Move São Paulo, referentes a Desapropriação de imóveis, apresentando histórico de mudança de nome da Move para Linha Uni, porém o contrato de concessão em conjunto com o Decreto Estadual 58.025/2012 prevê as responsabilidades financeiras e o alcance dos processos de desapropriação dos imóveis e a responsabilização do Poder Concedente.

Foram identificadas 478 ações referente a processos de IPTU dos imóveis desapropriados, para as quais não é esperado desembolso financeiro pela companhia, portanto, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não há saldos provisionados ou divulgados relacionados as contingências envolvendo a companhia.

18 Cobertura de apólices de seguros

A Companhia contrata coberturas de seguros, cartas de fiança e garantias para mitigar possíveis riscos para os quais possa estar exposta.

O contrato de concessão prevê a contratação de seguros para garantia de riscos financeiros do Poder Concedente, e a Companhia contratou a apólice nº 50014798 para mitigar estes riscos financeiros. Adicionalmente, através da apólice nº 2500446 a Companhia contratou coberturas para mitigar riscos associados ao escritório para garantir os equipamentos, mobiliários e outros.

Companhia contratada	Garantia Contrato de Cessão	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A. 50% - Pottencial Seguradoras S.A - 50%	Nº 61902020881107750014798 Endosso nº002	Riscos Financeiros	819.074	18/12/2022 a 06/10/2025
Total Cobertura			819.074	

Abaixo apresentamos o sumário da apólice de seguros administrativo.

Companhia contratada	Contrato de Seguro administrativo	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A.	Nº 2500446	Compreensivo Empresarial	2.700	15/12/2023 a 15/12/2024
Total Cobertura			2.700	

Enquanto o contrato de empréstimo de longo prazo do BNDES prevê a contratação de cartas de fianças e garantias juntos a instituições financeiras, que possui pagamentos trimestrais e os custos são proporcionais a importância utilizada.

Companhia contratada	Garantia Empréstimos / Tipos de Seguros	Prazo de vigência	Valor nominal Cartas de Garantias	Valor de referência do limite de garantia	Importância utilizada
Banco ABC do Brasil	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	150.000	150.000	87.801
Banco BNP Paribas Brasil	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	400.000	400.000	234.135
Banco Bradesco	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	100.000	100.000	58.534
Banco Credit Agricole Brasil, S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	426.000	426.000	249.354
Corporacion Andina de Fomento	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	200.000	136.734	80.035
Instituto de Crédito Oficial, E.P.E.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	600.000	410.201	240.106
Banco J.P. Morgan, S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	283.000	283.000	165.651
INTESA SanPaolo, S.P.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	443.246	303.033	177.377
Banco Santander (Brasil), S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	500.000	500.000	292.669
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	443.246	303.033	177.377
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro, S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	300.000	300.000	175.601
Total Cobertura			3.845.492	3.312.001	1.938.640

O quadro acima demonstra a contratação das garantias junto as instituições financeiras, para fins de cumprimento do que pede o empréstimo de longo prazo do BNDES.

19 Eventos Subsequentes

Os sócios efetuaram novos aportes de integralização de capital social no valor de R\$ 80 milhões durante o mês de janeiro de 2024.